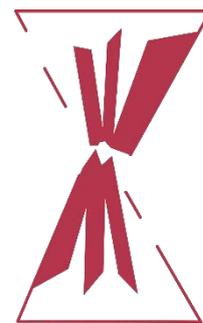


Reflexões sobre o passado português para a educação política da corte a partir do prólogo do Cancioneiro Geral (1516) de Garcia de Resende

Reflections on the Portuguese Past to the Court Political Education from the prologue of the Cancioneiro Geral (1516) by Garcia de Resende



VIANNA, Luciano José*

RESUMO: Neste artigo, analisamos alguns aspectos relacionados à escrita da história presentes no prólogo do *Cancioneiro Geral* (1516) de Garcia de Resende (1470-1536). Nosso objetivo é analisar o prólogo da compilação a partir do seu contexto de composição, ou seja, o ano de 1516. Neste sentido, reconstruímos o contexto de produção da obra, analisamos o resgate da memória e a função da escrita da história no contexto de composição do *Cancioneiro* e analisamos as informações encontradas em seu prólogo com o objetivo de abordar a situação da “arte de trovar”, a escrita como recuperação da memória, a importância do passado e sua difusão e o âmbito da corte como *locus* de educação política. Para isso, recuperamos as reflexões de Assmann (2011), Fernandes (2011), Fernandes (2012), Fernandes (2015), Geary (2002), Osório (2005), Osório (2006), Rocha (1979), as quais nos auxiliaram a compreender melhor o objeto e o contexto.

PALAVRAS-CHAVE: Reino de Portugal; Garcia de Resende; Cancioneiro Geral; Historiografia portuguesa; Educação política da corte; Passado.

ABSTRACT: In this article, we analyse some aspects related to the writing of history in the prologue of the *Cancioneiro Geral* (1516) by Garcia de Resende (1470-1536). Our intention is to study the prologue from his context of composition, that is, the year 1516. In this sense, we reconstruct the context of composition of the work, analyse the rescue of the memory and the function of the writing of history in the context of composition of the *Cancioneiro*, and analyse the information found out in the prologue in order to understand some aspects of the “arte de trovar”, the writing as recuperation of memory, the importance and diffusion of the past, and the court environment as *locus* of political education. For this, we recover the reflections of Assmann (2011), Fernandes (2011), Fernandes (2012), Fernandes (2015), Geary (2002), Osório (2005), Osório (2006), Rocha (1979), which will help us to understand better the object and context.

KEYWORDS: Kingdom of Portugal; Garcia de Resende; Cancioneiro Geral; Portuguese historiography; Court Political Education; Past.

Recebido em: 13/07/2019
Aprovado em: 26/10/2019

* Doutor em *Cultures en contacte a la Mediterrània* pela *Universitat Autònoma* de Barcelona (UAB). Pós-Doutor em História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor Adjunto de História Medieval na Universidade de Pernambuco e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (UPE), *campus* Petrolina. Membro do *Institut d’Estudis Medievals* (UAB-IEM). Coordenador do *Spatio Serti* – Grupo de Estudos e Pesquisa em Medievalística. E-mail: luciano.jose.vianna@gmail.com. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

O *Cancioneiro Geral* (1516): contexto, obra e conteúdo

[...] espaços da recordação surgem por meio de uma iluminação parcial do passado, do modo como um indivíduo ou um grupo precisam dele para a construção de sentido, para a fundação de sua identidade, para a orientação de sua vida, para a motivação de suas ações. Uma recordação como essa, vinculada a um suporte individual ou coletivo, apresenta tendência basicamente perspectivista; a partir de um determinado presente ilumina-se um determinado recorte do passado de modo que ele descortina um determinado horizonte futuro. [...]. O recordar que enfoca e concentra implica esquecimento, da mesma forma que [...] se escurece o restante de um cômodo quando se leva uma vela até o canto desse mesmo cômodo (ASSMANN, 2011, p. 437).

Realizar um ato historiográfico durante o Medievo muitas vezes significava buscar no tempo pretérito o entendimento para os acontecimentos contemporâneos. Tal ato constituía-se em estabelecer em uma mesma dimensão os preceitos pretéritos e a problemática do presente, com a finalidade de transmitir à posteridade o legado histórico (SPIEGEL, 1999, p. 1-12). Neste processo de transmissão, o livro era o objeto que transportava as informações para o presente para que fossem interpretadas de acordo com os acontecimentos contextuais. Devidamente entendido, o passado poderia ser utilizado pela autoridade que havia patrocinado a composição do texto ou o havia encomendado (CHARTIER, 1994, p. 8). Assim, foi no formato livresco impresso que o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende foi produzido pela primeira vez (*Cancioneiro Geral*, 1516). Os cancioneiros, em geral, compilavam canções/cantigas, e as poesias que apresentam relacionavam-se com a cultura de corte, a qual ocupava um lugar central no campo da cultura laica. O *Cancioneiro Geral* de Resende foi publicado no Reino de Portugal em um contexto manuelino (1495-1521), um momento no qual os produtos manuscritos ou impressos, entenda-se, livros, assumiram um papel central na política cultural e na construção afirmativa da imagem do rei (OSÓRIO, 2005, p. 294).

O *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende foi impresso em Lisboa em 1516 em um contexto territorial e temporal único na história europeia e reflete, como veremos, diversas intenções em se retornar ao âmbito literário que fez parte do passado cortês do Reino de Portugal. O objeto historiográfico que aqui nos referimos reúne uma série de poemas compilados e datados entre 1459 até o ano de sua publicação em 1516 (FERNANDES, 2012, p. 231-242). De acordo com Vanda Anastácio, o *Cancioneiro Geral* continua sendo uma fonte representativa e completa da fase da expansão portuguesa, a qual “o investigador dispõe para o conhecimento da poesia culta dos finais do século XV

e inícios do século XVI, revelando-se preciosa nesta busca de reflexos, mais ou menos claros, das primeiras fases da expansão, na literatura.” (ANASTÁCIO, 2005).

De acordo com Geraldo Augusto Fernandes, os poemas que compõem o *Cancioneiro* foram escritos no ambiente das cortes do século XV. Dentre as temáticas abordadas estão a vida simples, o cotidiano da corte, assuntos religiosos, amorosos e elegíacos. Há também a presença de uma poesia didático-moralizante (FERNANDES, 2015, p. 166-177). Composto por 880 poemas, eles são divididos em seis grandes grupos, ou seja, baladas, vilancetes, esparsas, trovas, cantigas e poemas de formas mistas, todos reunidos à medida que Resende tinha contato com os materiais que encontrava (FERNANDES, 2011, p. 19).

Seu autor, Garcia de Resende nasceu em Évora, em 1470, e morreu na mesma cidade em fevereiro de 1536. Foi um servidor experiente, defensor dos valores do passado de Portugal e durante boa parte de sua vida dedicou-se à realeza portuguesa (ROCHA, 1979, p. 27-57; 58-62). Nas palavras de André Cabrée Rocha:

Às suas qualidades de mestre no ofício vêm juntar-se predicados humanos particularmente apropriados à missão que lhe foi confiada. Dotado de uma natureza jovial e conciliante, sempre disponível para organizar serões ou passatempos reais, cantor e executante apreciado, divulgador generoso de poemas alheios, espectador sempre interessado e brandamente irônico dos desvarios dos homens, nele se conjugam a experiência, a dedicação, a diplomacia e o entusiasmo (ROCHA, 1979, p. 8).

Para a escrita do presente artigo, consideramos o objeto em questão como parte temporalmente do que chamamos de Medieval, mais especificamente no final deste período. Tal consideração fundamenta-se na definição do aspecto temporal denominado “longa Idade Média”, tomado emprestado de Jacques Le Goff, para o qual o Medieval terminou somente a partir do século XVIII, permanecendo ainda nas relações sociais muitas de suas características nos aspectos rurais, religiosos, mentais e feudais (LE GOFF, 2004, p. 13). O Renascimento, tradicionalmente uma etapa considerada como posterior ao Medieval, é compreendido, dessa forma, nas palavras de Le Goff, como um fenômeno característico de um longo período medieval (LE GOFF, 1985, p. 8-9). Além disso, esta consideração também foi pensada com base em um fundamento de ordem historiográfica, relacionado ao conceito de autoria durante o Medieval, no qual, de acordo com Jaume Aurell, a função do historiador era descrita de uma forma muito mais ambígua e plural, cuja ação estava definida nos seguintes verbos: *compilare* (compilar), *colligere* (reunir), *excerpere* (escolher), *breviare* (sintetizar) e *redigere* (redigir) (AURELL, 2013, p. 98). Podemos afirmar isso considerando que o aspecto “geral” do *Cancioneiro* se destaca porque representa a reunião de textos de diversos autores, tornando-se uma obra

coletiva (FERNANDES, 2012, p. 231-242). Portanto, tanto no aspecto temporal quanto no historiográfico, o *Cancioneiro Geral* insere-se no final do Medievo, e assim a possibilidade de abordá-lo a partir desta perspectiva.

Mesmo que tenha sido impresso nos primeiros anos do século XVI, o que tradicionalmente para os historiadores é considerado como o prelúdio do que conhecemos como época moderna, não somente a forma como foi escrito, mas também o conteúdo do *Cancioneiro Geral* denuncia seu aspecto medieval. Por exemplo, Fernandes afirma que o *Cancioneiro* se revela com características de canções, “uma forma essencialmente medieval”. Neste sentido, podemos observar mais uma característica medieval do *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende destacando as canções como essencialmente medievais, um gosto que permaneceu no Reino de Portugal a partir do século XII, alcançando o Renascimento (FERNANDES, 2012, p. 231-242). No que diz respeito aos temas encontrados na obra, Rocha destaca que há a presença de grandes blocos temáticos na coletânea, como, por exemplo, a poesia amorosa, a satírica, a histórica, a alegórica, a épica, a elegiaca, a religiosa e a dramática (ROCHA, 1979, p. 27). Neste sentido:

a «arte de trovar» produzida numa corte tão excelente como pretendia ser a manuelina merecia a fixação e divulgação escrita e impressa, a fim de contribuir para fazer dela como que um espelho de *dignitas* monárquica, ainda que subsidiária da congénere cultura castelhana; a isto acrescentava-se subliminarmente a sugestão de continuidade futura, já que o dedicatário era precisamente o príncipe herdeiro do trono. Por isso também, o autor sublinha o papel da escrita, aqui pensada como letra impressa, na conservação das «cousas» feitas em verso [...]; daí a indicação, na forma de anúncio chamativo dirigido ao leitor, da inclusão no cancionero da função essencial do discurso em verso cultivado no ambiente cortês: a função celebrativa, fosse do tipo religioso – «e com ela [a arte de trovar] Nosso Senhor louuado» –, fosse de tipo profano, visando a convivibilidade cortesã «neçessaria na jentileza, amores justas e momos» e a sátira comportamental – «os que mãos trajos e enyençaes fazem, per trouas sam castigados e lhe dá suas emendas»: «como no liuro ao diante se veraa» (OSÓRIO, 2006, p. 170-171).

Os poemas encontrados no *Cancioneiro Geral* foram produzidos entre os reinados de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel, ou seja, localizam-se temporalmente entre os anos de 1459 e 1516, no contexto da Dinastia de Avis, em um momento que ela já estava estabelecida de forma definitiva no panorama político português (COSER, 2007, p. 703-727).

Tabela 1. Reis da Dinastia de Avis.

Reis	Reinados
D. João I	1385-1433
D. Duarte I	1433-1438
D. Afonso V	1438-1477
D. João II	1477-1477
D. Afonso V	1477-1481
D. João II	1481-1495
D. Manoel I	1495-1521
D. João III	1521-1557
D. Sebastião I	1557-1578
D. Henrique	1578-1580

Fonte: autoria própria.

Tais reinados se referem ao momento áureo da expansão territorial portuguesa, a um contexto estabelecido no qual tal expansão se desenvolvia cada vez mais de forma organizada. É certo que em anos anteriores também ocorreram importantes conquistas realizadas pelos portugueses, como a de Ceuta em 1415, conquista que iniciou uma série de outros avanços no território do norte da África, ao mesmo tempo em que foi composta uma série de obras que legitimavam o poderio português (BERTOLI, 2013, p. 335-353). Porém, no que diz respeito ao processo expansionista, as datas dos poemas recolhidos por Garcia de Resende em seu *Cancioneiro Geral* se referem ao momento áureo da expansão portuguesa ocorrido no período da Dinastia de Avis, a citar, por exemplo, as conquistas de Alcácer Ceguer (1458), de Anafé (1464) e de Arzila (1471), todas efetuadas durante o reinado de D. Afonso V. Neste sentido, devemos recordar o projeto político implementado por essa dinastia, a qual se destaca em diversos aspectos, principalmente o historiográfico. O período de governo da Dinastia Avisina representou um momento importante na formação da historiografia portuguesa, por diversos motivos. Por exemplo, pela primeira vez um cronista foi designado para escrever a história dos reis do território (MICHELAN, 2009, p. 266-286). Neste contexto houve, portanto, uma preocupação em institucionalizar o âmbito historiográfico do território e a consequente formação de uma memória vinculada ao âmbito dinástico (COSER, 2007, p. 703-727).

O resgate da memória e a função da escrita: aspectos em torno ao *Cancioneiro Geral*

A historiografia humanista aparece na Europa entre os séculos XV e XVI. A história, naquele momento, dependia sobretudo da concepção que Cícero havia apresentado no *De oratore*: “testemunho do tempo, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira da antiguidade” (LACAVALLERIA, 1696, p. 563), definição que era um lugar comum com características mais retóricas que sinceras (DURAN, 1991-

1992, p. 7-17). Neste contexto, dever-se-ia refletir criticamente sobre a história, o seu caráter e a sua natureza, o que implicou uma mudança em comparação com os contextos anteriores.

Entretanto, todas estas mudanças devem ser interpretadas dentro de um contexto no qual o poder político e a cultura estavam cada vez mais unificados em suas representações. De acordo com Simon i Tarrés, o vínculo entre o poder político e o âmbito cultural é uma das características mais marcantes da época da formação dos chamados estados modernos. Os vínculos entre os territórios central e periféricos ocorreram não somente em termos políticos, mas também culturais e ideológicos (SIMON I TARRÉS, 2009, p. 405).

A afirmação de Simon i Tarrés serve para contextualizar um momento característico da historiografia do século XVI. Neste contexto, cada território criou as suas ferramentas de poder, identidade, simbolismo e os seus referentes culturais (DURAN, 1995, p. 7-18). Segundo Eulália Duran, o humanismo fez com que a história se tornasse mais laica, mais cultural e mais patriótica. A autora também destaca que neste contexto surgiu o que ela denomina como “patriotismo cultural”, fundamentado em uma identidade própria e diferenciado dos outros territórios na elaboração de símbolos representativos, que respondiam a diversas necessidades e a circunstâncias específicas. Além disso, ao considerar as formulações deste patriotismo cultural, Eulália Duran sustenta que estas expressões pertencem mais a “sentimentos coletivos” que a “realidades objetivas” (DURAN, 1995, p. 7-18).

Em geral, foi uma época na qual se intensificou a elaboração de instrumentos de propaganda e de legitimação, principalmente porque havia, em comparação com momentos anteriores, a presença do que denominamos como Estado Moderno (BAYONA AZNAR, 2009, p. 21-38; 39-84; 151-194; 195-261). Este vínculo formou parte do comportamento político-cultural e que, mediante criações representativas, formulou, utilizou e empregou símbolos com os quais desejava fazer-se presente, ir contra um poder adverso, reclamar os seus direitos históricos e reafirmar o seu passado no seu contexto contemporâneo.

Jorge Alves Osório destaca a ação de Garcia de Resende em seguir os exemplos das histórias dos antigos (Roma, Troia) que foram escritas, fazendo o mesmo, em seu contexto, com os feitos dos portugueses registrando-os e imprimindo-os, com o intuito de ter a mesma função que os escritos dos antigos apresentavam (OSÓRIO, 2006, p. 170). De acordo com Aleida Assmann, a escrita era o instrumento mais importante para os humanistas da Renascença para a construção da dimensão secular entre tempo e memória (ASSMANN, 2011, p. 50). Neste sentido, podemos afirmar que, ao textualizar e

imprimir os feitos dos portugueses, ao tentar estabelecer o local de merecimento de tais feitos em sua contemporaneidade, Garcia de Resende se aproximou ao campo da memória para resgatá-la e utilizá-la em seu presente. Entretanto, como veremos, a preocupação de Garcia de Resende não foi apenas recuperar os feitos portugueses, mas também destacar o local onde tais feitos foram difundidos através da oralidade: as ações de corte.

A partir do século XIII, a corte, este *locus* político, passou a ter uma nova configuração com diversas características que até então não faziam parte deste cenário. Por exemplo, passou a estar vinculada a um contexto palaciano, símbolo de poder e centralidade; além disso, também passou a estar vinculada a instituições dedicadas à administração do Estado, as quais gradativamente aumentaram em importância. Assim, a corte era um lugar de poder e encenação de poder, formada pelos parentes, amigos e vassallos do rei; ademais, também era um lugar de justificação do poder (GUENÉE, 2002, p. 276-279) e, principalmente, um local de educação política (PÉREZ MARCOS, 2008, p. 85-104).

A ação de Garcia de Resende em recuperar as informações do passado e imprimi-las em um objeto – que originou o *Cancioneiro Geral* – pode ser interpretada a partir da definição de memória social de Patrick Geary. Segundo Geary, a memória social é um processo “que permite à sociedade renovar e reformular sua compreensão do passado a fim de integrá-lo em sua identidade presente. Neste sentido a memória social compreende [...] a historiografia” (GEARY, 2002, p. 167), ou seja, os atos escritos e os registros impressos voltados para a manutenção de uma memória com a intenção de recuperá-la. A memória se orienta para o passado e favorece a reconstrução de informações significativas para o presente (ASSMANN, 2011, p. 53) e, no caso de Resende, ele fizera esta recuperação para demonstrar a situação da “arte de trovar”, voltada especificamente para a recuperação dos feitos portugueses, criando, assim, uma tentativa de formulação de uma memória associada ao âmbito cortês do território português.

Assim, a história portuguesa recuperada por Garcia de Resende no *Cancioneiro Geral* apresentava uma utilização política. Observando este contexto, surgiram os chamados “historiadores-políticos”, os quais estavam a serviço das realezas, da aristocracia ou das instituições políticas da época (KAGAN, 2009). De acordo com Peter Burke, a relação entre história e política no contexto Renascentista deve ser entendida no sentido de que a história era escrita para educar os grupos pertencentes ao poder e, neste sentido, o passado era analisado porque era um exemplo de destreza política (BURKE, 2013, p. 146). Neste sentido, a “arte de trovar”, para Garcia de Resende, era

parte essencial para ser recuperada para se compreender a importância do passado do Reino de Portugal.

Refletindo sobre a construção da escrita da história no Renascimento, mesmo período da composição do *Cancioneiro Geral*, Aleida Assmann destaca:

Com o descobrimento do abismo entre presente e passado, é iniciada a invenção da história nacional, a construção de uma memória coletiva que se apresenta como busca do passado perdido nesse abismo. No *topos* da construção do passado há, a partir da conscientização acerca do esquecimento, uma tomada de consciência, um despertar, a recordação e o retorno. A partir desta configuração de partida e retorno, esquecimento e recordação, temos diante de nós a imagem de fundo do “Renascimento” (ASSMANN, 2011, p. 59).

Retomamos alguns conceitos apresentados no fragmento acima nas palavras de Assmann: “tomada de consciência”, “despertar”, “recordação” e “retorno”. Tais conceitos podem ser aplicados diretamente à ação de Resende em produzir o *Cancioneiro*, pois sua intenção era recuperar a memória de Portugal a partir da “arte de trovar”. Assim, nosso foco de análise na obra em questão será a situação desta arte, destacada no prólogo do livro.

O *Cancioneiro Geral*: o prólogo

[...] com mais frequência do que se poderia imaginar, o autor aparece na narrativa e, sobretudo, cuida de dizer, em um Prólogo, quais foram suas metas e métodos. Esses prólogos dos historiadores foram por muito tempo negligenciados. Via-se aí apenas um punhado de lugares-comuns, de que se podia até dispensar a leitura e a publicação. Na verdade, só o estudo atento dos prólogos permite perceber a que ponto a obra histórica era uma construção consciente. Graças a eles, vê-se bem melhor o que era a história para os historiadores e como a fizeram (GUENÉE, 2002, p. 526).

As palavras de Bernard Guenée esclarecem a importância dos prólogos das obras históricas, deixando claro que se trata de uma parte do manuscrito onde as ideias principais sobre o conteúdo a seguir eram apresentadas. De acordo com Jacqueline Hamesse (2000, p. 16-17), os prólogos das obras contêm as ideias que permitem conhecer a orientação e o conteúdo de uma narrativa. Os objetivos dos prólogos são diversos e dependem não somente das particularidades da produção, ou seja, do autor da obra, mas também das intencionalidades do patrocinador, ou seja, daquele que ordenou a composição. Em suma, era um lugar de manifesto por parte dos autores de uma obra (BOURGAIN, 2000, p. 245-276).

Tratando-se de um objeto relacionado à reunião de obras sobre a “arte de trovar”, o prólogo do *Cancioneiro Geral* escrito por Garcia de Resende pouco tem a ver com uma poética em si (OSÓRIO, 2006, p. 169-195). Contudo, isso não significa que ele não apresente importantes informações a respeito da situação da escrita da história do contexto no qual fora composto, assim como as prováveis intencionalidades do autor no ato de composição.

De acordo com Aleida Assmann:

Há uma enorme distância entre o lamento da impermanência do mundo, de um lado, e a percepção da mudança histórica, de outro. Uma dimensão importante em que a mudança cultural pode ser experimentada empiricamente é a mudança linguística. Por isso, não raro a consciência histórica começa com uma conscientização sobre a mudança linguística (ASSMANN, 2011, p. 55).

Nosso foco de análise será, portanto, identificar os seguintes aspectos no prólogo do *Cancioneiro Geral*: 1) a situação da “arte de trovar”; 2) a escrita como recuperação da memória e a importância do passado e 3) sua difusão no âmbito da corte.

A situação da “arte de trovar”

A análise do prólogo do *Cancioneiro Geral* nos apresenta alguns sinais para compreender a intencionalidade do autor. Por exemplo, em um primeiro momento poderíamos pensar que a frase inicial do prólogo “Porque a natural condiçã dos portugueses he nunca escreverem cousa que façam, sendo dignas de grande memoria muitos e muy grandes feytos de guerra, paz e vertudes, de ciência, manhas e gentileza [que] sam esquecidos” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 4) refere-se a uma crítica por parte de Garcia de Resende no sentido de que não haveria uma atividade de escrita da história vinculada ao âmbito territorial português. No entanto, tal percepção cai por terra quando observamos a afirmação do autor, no final do prólogo, dizendo que “determiney ajuntar algumas obras que pude aver d’alguns passados e presentes e ordenar este livro, nam pera por elas mostrar quaes foram e ssam, mas para os que mayns sabem s’espertarem a folguar d’escrever” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 7).

A ação principal do *Cancioneiro*, portanto, e conseqüentemente o objetivo da obra, é um ato de compilação, do latim *compilare* (um dos verbos que designava a pluralidade formativa do autor durante o Medievo, como vimos anteriormente), ou seja, reunir escritos diversos sobre o mesmo assunto, assunto este que também é destacado pelo autor, ou seja, “a arte de trovar, que em todo tempo foy muy estimada” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 4 e 7).

Através de uma análise filológica das palavras encontradas no prólogo podemos compreender parte das intenções do autor, como, por exemplo, no fragmento “s’espertarem a folguar d’escrever” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 7), o que seria, em uma tradução contemporânea, “para que se animassem a sentir prazer em escrever”. Contextualizando o objeto estudado, tais palavras denunciam uma crítica em relação à situação da “arte de trovar”, que neste contexto não era muito praticada nas cortes portuguesas. Neste sentido, o *Cancioneiro Geral* pode ser considerado como uma obra de manifestação da tentativa de recuperação desta arte, ou ao menos como um objeto de denúncia da situação da “arte de trovar”, cuja intenção de seu autor, vinculado a uma corte principesca, era a de animar os ouvintes a “s’espertarem a folguar d’escrever” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 7), ou seja, “sentir prazer em escrever”. Além disso, estamos diante de um âmbito literário no qual a leitura da obra era direcionada a um público letrado, que sabia escrever, já que o próprio Garcia de Resende o afirma.

Após a apresentação dos feitos realizados pelos portugueses, Garcia de Resende adentra o âmbito da forma de divulgação deles, ou seja, sobre a “arte de trovar”. Este é o principal tema apresentado por Resende em seu prólogo, através do qual se conheceria o passado português: por isso, a necessidade de resgatá-lo, de trazê-lo novamente para o âmbito da corte, de fazê-lo partícipe do cotidiano literário cortês.

Pela análise do prólogo podemos observar que Resende indica que o fato de não divulgarem os feitos passados faz com que os portugueses sejam “tam confiados de ssi” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 4), chegando ao ponto de não quererem confessar que “ nenhuns feytos ssam mayores que os que cada huum faz e farya” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 4). Como consequência desta não divulgação e, de certa forma, da falta da prática da escrita sobre os feitos do passado, Garcia de Resende ainda indica que “muytas cousas de folguar e gentylezas ssam perdydas ssem aver delas notycia, no qual conto entra a arte de trovar” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 4). Através de suas palavras, percebemos o fato de a arte de trovar ter elanguescido em sua época e, conseqüentemente, não haver mais uma divulgação considerável dos feitos passados dos portugueses no âmbito cortês, além da falta de uma reflexão sobre tais feitos, e o fato de muitas coisas prazerosas e gentis, advindas da arte de trovar, terem sido perdidas.

Não podemos esquecer que, de acordo com Jorge Alves Osório, a compilação de obras feitas por Garcia de Resende tinha como intenção:

consolidar uma espécie de consciência de grupo que percorre todo esse cancionero, na linha do que se vinha desenhando na literatura ficcional cavaleiresca, de acordo com dois elementos centrais de identidade: a posse do saber e da técnica da arte de fazer versos (OSÓRIO, 2006, p. 169-195).

Garcia de Resende evoca, desta forma, dois âmbitos cruciais para compreender sua obra: o primeiro, o domínio da arte de fazer versos; o segundo, a posse do saber. Podemos resumir tais perspectivas em duas palavras, ou seja, uma preocupação com a *forma* e *conteúdo*, na qual este, que se refere ao passado português, era trabalhado através daquela, ou seja, da “arte de trovar”. Através da “arte de trovar” (forma), de acordo com as palavras de Garcia de Resende, entendemos que ela proporcionava aos ouvintes presentes nas cortes não somente uma divulgação do passado português (conteúdo), mas também uma oportunidade de refletir sobre este passado, principalmente sobre a grandeza dos feitos pretéritos, estabelecendo um vínculo, portanto, entre a escrita, a memória e o resgate do passado.

A reflexão sobre os feitos passados esteve muito presente na historiografia medieval. Por exemplo, os cavaleiros, preparavam-se não somente de forma bélica, no exercício das armas, mas também de forma literária, através da oralidade, informando-se sobre os feitos de seus antepassados para imitá-los. Portanto, o ato de conhecer o passado, refletir sobre sua importância, compreender seu papel na formação de uma identidade – aqui entendida em um sentido amplo – sempre esteve presente no âmbito literário medieval e também no final do Medievo. Entretanto, ao menos pelas palavras do *Cancioneiro Geral* percebemos o prelúdio de sua ausência já nos primeiros anos do século XVI, uma época de novos tempos.

A escrita como recuperação da memória e a importância do passado político de Portugal

Também observamos no prólogo do *Cancioneiro Geral* diversos aspectos sobre a situação da escrita da história do reino português e da situação do passado político do Reino de Portugal. Em primeiro lugar no que se refere aos feitos desse reino, Garcia de Resende estabelece uma hierarquia afirmando que as maiores façanhas e os maiores feitos, tanto do passado como do presente do reino, eram maiores e mais notáveis que os realizados por Roma e por Troia, pois:

[...] se os escritores se quisessem acupar a verdadeiramente escrever nos feytos de Roma, Troya, e todas outras antigvas cronicas e estórias, nam achariam mores façanhas nem mays notaveys feytos que os que dos nossos naturaes se podiam escrever, assy dos tempos passados como d’agora (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 4).

Há, portanto, uma consciência histórica do passado, principalmente no viés comparativo, onde temos a presença do Reino de Portugal sendo comparado a antigos e importantes territórios, como o romano e o troiano. A comparação também ocorre em um nível temporal, pois Garcia de Resende deixa claro o seu entendimento sobre a importância contemporânea de Portugal nos feitos realizados no começo do século XVI, fazendo referência às grandes navegações e à chegada dos portugueses às novas terras até então desconhecidas por eles.

Segundo Assmann, o sentido histórico da época que denominamos Renascimento, momento no qual se insere o *Cancioneiro Geral*, surgiu no momento em que se notou que a:

ruptura e o esquecimento haviam bloqueado o acesso direto ao passado. Entretanto, ainda não se havia rompido de modo algum com a força normativa do passado. Segundo a terminologia de Nietzsche, a historiografia do século XVI ainda se constituía como “escrita monumental da História”, pois esquadrihava e assegurava os conteúdos considerados dignos de recordação, formadores de identidade e indicadores dos rumos que conduziriam ao futuro (ASSMANN, 2011, p. 57).

Para Resende, portanto, o sentido histórico estava fundamentado na recuperação das memórias que representavam o passado territorial português e que deviam ser recuperadas em seu presente e no local onde eram divulgadas, ou seja, a corte. E a “arte de trovar”, com seus objetivos e local de emissão (ou seja, o âmbito da corte), deveria ser recuperada para que, da mesma forma como os antigos foram exaltados (Roma e Troia), o Reino de Portugal tivesse seu lugar de merecimento. Neste sentido, as palavras de Jorge Alves Osório complementam esta perspectiva de recuperação da cultura palaciana que se nota nas observações do prólogo:

A argumentação em torno da utilidade da escrita para guardar a memória histórica (fosse historiográfica, fosse fictícia, como sucedia com a matéria pseudo-historiográfica de Roma e de Tróia, que cativava o discurso narrativo cavaleiresco) utilizada por Resende nesse seu prólogo é directa herdeira daquela que, na historiografia de dois séculos antes, se podia ler em paratextos similares: a utilidade da escrita para memória futura e conseqüente utilidade pedagógica e doutrinária. Trata-se, claramente, do aproveitamento de um lugar-comum herdado de Cícero sobre a história como ‘magistra vitae’, direccionado agora para a celebração do *princeps* e do seu *imperium*. É nessa base que Resende estabelece um alargamento da noção de ‘feito’: não só os feitos enquanto ‘façanhas’ guerreiras, que são aqueles que preenchem a primeira metade do ‘Prólogo’, mas também os *feitos* de corte, as ‘cousas de folgar e gentilezas’, que participavam, pelo facto de fazerem parte da atividade das ‘cortes dos grandes príncipes’, da mesma função celebrativa e paradigmática que os restantes (OSÓRIO, 2006, p. 169-195).

Neste ponto de análise, é necessário destacar um fenômeno que muitas vezes não é abordado com o devido cuidado no que diz respeito ao paralelismo entre desenvolvimento historiográfico e desenvolvimento político e territorial no Medievo. No decorrer da formação política e territorial dos reinos medievais, observamos uma formação complexa em relação ao aspecto historiográfico. Comparando textualmente os gêneros historiográficos conhecidos como *anais*, *gestas* e *crônicas*, observaremos que os últimos – ou seja, as crônicas – apresentam em seu conteúdo textual uma complexidade de forma e conteúdo em comparação com os anteriores, limitados somente a enumerar datas e relacioná-las a acontecimentos – *anais* – e a elaborar frases curtas fazendo referência na maioria das vezes a um âmbito familiar que se tornou dinástico – *gestas* – (GUENÉE, 1973, p. 997-1016). A complexidade textual das crônicas é, portanto, um reflexo da complexidade da formação e desenvolvimento político e territorial dos reinos durante o Medievo, as quais, em sua maior parte, foram elaboradas entre os séculos XII e XIII no Ocidente medieval.

A referência ao passado sempre foi um aspecto constante na historiografia medieval, desde os primeiros momentos de sua formação (BLOCH, 2001, p. 108), e não foi diferente na sugestão feita por Garcia de Resende no *Cancioneiro Geral* ao mencionar o passado romano e troiano, constantes na historiografia medieval, principalmente a partir do século XII. Por exemplo, em diversas crônicas de diferentes territorialidades do Ocidente medieval do século XII percebemos a tentativa de se estabelecer o vínculo com os tempos pretéritos, como, por exemplo, o troiano (JUNG, 1996). Entretanto, o *Cancioneiro*, um produto do século XVI, apresenta um aspecto a mais em comparação com a forma da escrita da história no século XII: ao fazer parte do contexto de um reino já estabelecido e delimitado territorialmente, responsável por um dos principais acontecimentos do século XVI, ou seja, o do descobrimento de novas terras e do estabelecimento de um reino a nível mundial, Garcia de Resende não se preocupa em estabelecer as origens genealógicas do território, mas sim em destacar as façanhas e feitos dos seus naturais, ou seja, os feitos que foram realizados pelos portugueses, por personagens pertencentes ao seu território. Esta ação é observada em muitos territórios do Ocidente medieval, ou seja, uma busca por uma identidade territorial. A ideia, portanto, que podemos perceber nas palavras de Garcia de Resende é a importância dos feitos de um território, no caso do Reino de Portugal, representados através da “arte de trovar” e divulgados em um espaço político como era a corte principesca.

Assim, Resende, no prólogo de sua obra, mostra-se preocupado com a atividade da escrita da história no seu presente e com os registros do passado, através do qual

tenta resgatar a atividade da “arte de trovar”. Neste sentido, podemos observar em suas palavras não somente a presença dos territórios conquistados – “tantos rreynos e senhorios, cydades, vilas, castelos, per mar e per terra, tantas mil legoas per força d’armas tomados” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 4), – mas também a forma como foram conquistados – “sendo tanta a multidão de jente dos contrayros e tam pouca a dos nossos, sostidos com tantos trabalhos, guerras, fomes e cercos tam longe d’esperança de sser ssocorridos, senhoreando per força d’armas tanta parte de África (...)” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 4) –. Destaca-se, aqui, a noção de *imperium* do território de Portugal, um território que se expandiu por todo um mundo desconhecido até então que ainda estava em vias de ser descoberto por completo. É necessário salientar que esta consciência de pertencer a um império não surgiu com a publicação do *Cancioneiro Geral*, mas sim muito antes desta data a partir do surgimento de um número quantitativo de textos quatrocentistas redigidos em latim a partir da segunda metade do século XV (ANASTÁCIO, 2005).

A partir de uma perspectiva historiográfica, trata-se de um contexto no qual não há mais a necessidade de buscar uma legitimação dinástica, mas sim de recordar as grandes conquistas e as formas como elas foram realizadas. O contexto de Garcia de Resende, ao imprimir o *Cancioneiro Geral*, trata-se, portanto, de recuperar e imprimir um passado mais recente da Dinastia de Avis, a qual fora a responsável pela expansão Reino de Portugal. Por exemplo, as consequências desta expansão também podem ser observadas neste mesmo prólogo, no qual o autor muito bem expressou que havia “muytos rreys grandes e grandes senhores seus vassalos e trebutarios e muyta parte de Etyopia, Arábia, Perssya e Hyndeas, onde tantos rreys mouros e gentios e grandes senhores sam per força feytos seus súditos e servidores, paguando-lhe grandes pareas e trebutos” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 4), o que aborda não somente o avanço territorial de Portugal, mas também sua expansão política.

Também como parte deste mesmo contexto, Garcia de Resende menciona a influência religiosa dos aspectos da Guerra Santa ainda presentes neste contexto pós-Reconquista na Península Ibérica, onde:

muytos destes pelejando por nos debaixo da bandeira de Cristos, com os nossos capitães contra os seus naturaes, conquistando quatro mil legoas por mar que nenhuma armada do Ssoldam nem outro nenhum gram rey nem senhor non ousam navegar com medo das nossas, perdendo seus tratos, rrendas e vidas, tornando tantos rreynos e senhorios com ynumeravel jente aa fee de Jesu Cristo, rreçebendo agoa do ssanto bautismo, e outras notaveys cousas que sse não podem em pouco escrever (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 4).

Certo é que muitos historiadores estão de acordo em afirmar que o processo de Reconquista no território português finalizou com a conhecida Batalha do Salado, em 1340 (SOUZA, 1997, p. 408). Porém, devemos considerar que o processo de expansão territorial europeu em direção às terras que posteriormente seriam conhecidas como América também foi realizado no intuito de converter as populações deste território ao cristianismo, sendo assim considerado que o processo de Reconquista foi transferido do âmbito peninsular ibérico para as terras americanas (DOMÍNGUEZ GARCÍA, 2009).

O locus da “arte de trovar”: a corte como local de educação política.

Também é importante salientar o *locus* de difusão destas informações advindas da “arte de trovar” de acordo com as palavras de Garcia de Resende, ou seja, a corte: “nas cortes dos grandes princepes he muy necessária na 380úria380eza, amores, justas, (...), e também para os que maus (...) envenções fazem” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 7). Não podemos negligenciar o âmbito no qual o texto fora divulgado, ou seja, a corte real do século XVI, muito diferente das cortes medievais de séculos anteriores. Neste caso, nos referimos à corte palaciana, a qual trazia em suas características divergências no que diz respeito à evolução (em um sentido linear) da corte no Medievo.

A corte, aos poucos, tornou-se um dos espaços culturais mais destacados no Medievo (MARTÍNEZ, 2005, p. 54). De acordo com Bernard Guenée, “é bem difícil dizer o que era a corte na Idade Média”. Observando a evolução linear da corte no Medievo, notamos que ela fora um *locus* de poder, cultura e fé, de formação pedagógica, de festa, de inveja, de ambição, de piedade, de consumo, de engrenagem essencial do Estado moderno (GUENÉE, 2002, p. 269-281). Em um primeiro momento, temos a formação da corte dos reinos germânicos, entre os séculos V e VII, na qual o rei era seguido por uma guarda pessoal, os seus antrustiões (ROUCHE, 1989, p. 411). Posteriormente, a formação da corte carolíngia se destacou entre os séculos VIII e IX (LE GOFF, 2007, p. 58-62).

Em meados dos séculos XI e XII, ocorreu a transição do *palatium* carolíngio para a *cúria* feudal, na qual esta apresentava em seu bojo o instrumento eficaz que todo governo tinha necessidade. Basicamente, quatro grupos pertenciam e coexistiam nesta nova realidade, ou seja, os cavaleiros, os clérigos, as mulheres e os jovens. Esta transição também marca o nascimento do que denominamos “cortesia” (*curialitas*). A partir deste momento, surge um gênero de vida fundamentado principalmente na rejeição da oposição fundamental entre *clerici-litterati* e *milites-illiterati*. Ademais, este gênero de vida exige também uma certa maneira de se viver, saber comportar-se de acordo com os usos e modos da corte, como, por exemplo, saber comer, vestir-se bem, conduzir-se bem no amor. Neste sentido, podemos afirmar que os cavaleiros, os clérigos e as mulheres foram os pilares desta literatura de corte (GUENÉE, 2002, p. 269-281).

No momento do surgimento dos primeiros sinais que caracterizariam o futuro estado no Medievo (STRAYER, 1972), novas características aparecem vinculadas ao âmbito da corte. Em primeiro lugar, o surgimento do palácio, que contava com diversos outros serviços ou ofícios. Em segundo lugar, o surgimento de instituições dedicadas à administração do Estado, que se definiram pouco a pouco e cuja importância na corte aumentou gradativamente. Em termos de composição historiográfica, o âmbito da corte foi essencial, principalmente a partir dos séculos XI e XII, durante os quais tornou-se o centro de promoção e produção historiográfica mais importante (AURELL, 2013, p. 95) e, no caso do Reino de Portugal, a partir dos séculos XIV e XV (MATOSSO, 1997, p. 446). A cultura da corte, portanto, no contexto que analisamos, foi construída com base no passado do território e em uma ação de recuperação da memória e da textualização da história, fortalecendo-a como *locus* de educação política.

Assim, no contexto que aqui analisamos, as palavras de Garcia de Resende são claras, pois através da recuperação da “arte de trovar” e sua difusão na corte, poder-se-ia saber de “muytos emperadores reys e pessoas de memória, polos rrymances e trovas sabemos suas estórias” (*Cancioneiro Geral*, 1516, p. 7). Observa-se, assim, um aspecto educacional voltado para o âmbito cortês, no qual seria apresentada a “arte de trovar”, servindo, então, como objeto de função educacional política em relação ao passado do reino português.

Considerações finais

Um texto impresso em um momento de transição histórica de um território e que, conseqüentemente, refletiu sobre o vínculo entre o resgate da memória, a escrita da história e a recuperação do passado. Esta é a frase com a qual podemos resumir e explicar a impressão do *Cancioneiro Geral* em 1516. Uma obra compilada por Garcia de Resende, um autor que apresenta muitas características do Medievo, mas que observava o futuro tentando recuperar os temas do passado histórico português. Neste sentido, tal aspecto fundamenta nossa escolha em analisar o objeto em questão como pertencente ao contexto final do Medievo, a partir da definição de “longa Idade Média” apresentada por Jacques Le Goff, assim como o aspecto do conceito de autoria no Medievo, recuperado por Aurell. O *Cancioneiro Geral* insere-se, assim, em uma cultura de recuperação da memória com olhos para novos horizontes, mas que, graças ao seu autor, ainda mantém um olhar no passado resgatando dali toda a grandiosidade da época referente ao Reino de Portugal, diferenciando-o do restante das realidades políticas do momento.

Neste artigo, fizemos uma breve reflexão sobre o vínculo entre memória, escrita da história e passado no começo do século XVI no Reino de Portugal. A obra cujo prólogo analisamos, o *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, é conhecida no âmbito historiográfico pelos materiais apresentados em seu conteúdo. Entretanto, nossa reflexão voltou-se para o prólogo da obra, local que, como vimos através do suporte bibliográfico utilizado, representava as intenções do autor em seu processo de composição. Neste sentido, o *Cancioneiro Geral* apresenta não somente uma série de poemas compilados entre os anos 1459 e 1516, mas também, e principalmente, serve como uma literatura de denúncia da situação da escrita da história no ambiente cortês português da época em relação à situação da “arte de trovar”, muito bem recuperada por Resende em seu prólogo.

Observamos também a importância da escrita para os humanistas, principalmente através do vínculo entre política e âmbito cultural, característica marcante da historiografia renascentista. Neste sentido, destaca-se a importância da memória, a qual, através de estudos referenciais de Assmann e Geary, conseguimos recuperar as principais características relacionadas à escrita da história para abordá-las a partir do estudo do *Cancioneiro Geral*, denunciando a situação da “arte de trovar” no contexto manuelino.

A “arte de trovar” é o aspecto central do prólogo de Garcia de Resende. Através desta arte, que se encontrava elanguescida no contexto de Resende, saber-se-ia sobre as conquistas do território português. Assim, Resende estabeleceu em seu prólogo um vínculo entre a reflexão sobre a memória, a escrita da história e a importância do passado português, vínculo este que deveria ser recuperado e materializado no âmbito da corte. Como afirmamos, o ato de conhecer o passado, de refletir sobre a sua importância, de compreender a sua função da formação de uma identidade sempre esteve presente no âmbito literário medieval e, da mesma forma, no contexto de impressão do *Cancioneiro Geral*. Além disso, observamos, através da análise do prólogo do *Cancioneiro Geral*, que o objetivo de Resende é tentar resgatar uma tradição que no seu contexto não era mais tão realizada como em momentos passados e que, conseqüentemente, não influenciava na escrita da história em sua época, ou seja, não fazia com que os autores da época sentissem prazer em escrever e dedicar-se a esta atividade. Neste sentido, o *Cancioneiro Geral* pode ser considerado como uma obra de manifestação da tentativa de recuperação desta arte, ou ao menos como um objeto de denúncia da situação da “arte de trovar”, ou seja, uma obra de denúncia de uma mudança de escrita da história que deve ser entendida em termos de mudança histórica.

Garcia de Resende, ao apresentar as reflexões em seu prólogo, apresenta uma consciência histórica do passado do Reino de Portugal em relação à forma de escrita da história. As recuperações das memórias passadas referentes ao território são um aspecto muito caro na composição do *Cancioneiro* e, conseqüentemente, do seu prólogo, local onde o autor explicitou suas intenções e denunciou a situação da escrita da história do seu contexto cortês. Quando recuperadas por Resende, tais memórias apresentam as conquistas realizadas pelo Reino de Portugal, formando uma noção de *imperium* português. E estas recuperações seriam materializadas no âmbito cortês, o qual, como vimos, modificou-se gradativamente durante o decorrer do Medieval, e no contexto de Resende representava um *locus* de manifestações literárias, no qual a “arte de trovar” já não estava tão em voga.

Referências

ANASTÁCIO, Vanda. *Ecos do Império (Algumas reflexões sobre a poesia de corte do século XVI)*. 2005. Disponível em: <http://www.vanda-anastacio.at/articles/Ecos%20do%20Imperio.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AURELL, Jaume. La historiografía medieval: siglos IX-XV. In: *Comprender el pasado. Una historia de la escritura y el pensamiento histórico* (Aurell, Jaume; Balmaceda, Catalina; Burke, Peter; Soza, Felipe). Madrid: Ediciones Akal, 2013, p. 95-142.

BAYONA AZNAR, Bernardo. *El origen del estado laico desde la Edad Media*. Biblioteca de Historia y Pensamiento Político. Madrid: Tecnos, 2009.

BERTOLI, André Luiz. Guerra, legitimação e poder no norte da África. As fontes portuguesas (1415-1471). *Roda da Fortuna*, volume 2, número 1-1 (número especial), p. 335-353, 2013.

BLOCH, Marc. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 2001.

BOURGAIN, P. Les prologues des textes narratifs. In: *Les prologues médiévaux*. Actes du Colloque international organisé par l'Academia Belgica et l'École française de Rome avec le concours de la F.I.D.E.M. (Rome, 26-28 mars 1998). Édités par Jacqueline Hamesse. Fédération Internationale des Instituts d'Études Médiévales. Textes et études du Moyen Âge, 15. Turnhout: Brepols, 2000, p. 245-273.

BURKE, Peter. Del Renacimiento a la Ilustración. In: *Comprender el pasado. Una historia de la escritura y el pensamiento histórico* (Aurell, Jaume; Balmaceda, Catalina; Burke, Peter; Soza, Felipe). Madrid: Ediciones Akal, 2013, p. 143-182.

CHARTIER, Roger. *The Order of Books*. California: Stanford University Press, 1994.

COSER, Miriam Cabral. A dinastia de Avis e a construção da memória do reino português: uma análise das crônicas oficiais. *Caderno de Ciências Humanas – Especiaria*, 10/18, jul-dez, p. 703-727, 2007.

DOMÍNGUEZ GARCÍA, Javier. *De Apóstol matamoros a Yllapa mataindios: dogmas e ideologías medievales en el (des)cubrimiento de América*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2009.

DURAN, Eulàlia. Patriotisme i mil·lenarisme al segle XVI. *Recerques. història, Economia, Cultura*, 32, p. 7-18, 1995.

DURAN, Eulàlia. *Sobre la mitificació dels orígens històrics nacionals catalans*. Discurs llegit en la sessió inaugural del curs per Eulàlia Duran i Grau, membre de la secció Històrico-Arqueològica, Barcelona: Institut d'estudis Catalans, 1991-1992, p. 7-17.

FERNANDES, Geraldo Augusto. *O amor pela forma no Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. 2011, 402 f. Tese (Doutorado em Letras/Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

FERNANDES, Geraldo Augusto. El Cancioneiro Geral português y algunas distinciones de su congénere, el Cancionero General. *Letras*, 65-66, p. 231-242, 2012.

FERNANDES, Geraldo Augusto. O Cancioneiro Geral de Garcia de Rezende (1470-1536): festa e teatralidade, um espaço para a exaltação do “eu”. *Mirabilia*, 21, p. 166-177, 2015.

GEARY, Patrick. Memória. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (eds.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. II. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 167-181.

GUENÉE, Bernard. Histoires, annales, chroniques. Essai sur les genres historiques au Moyen Âge. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, 4, p. 997-1016, 1973.

GUENÉE, Bernard. Corte. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude (Coords.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. I. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 269-281.

GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques e SCHMITT, Jean-Claude (eds.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Vol. I. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 523-536.

HAMESSE, Jacqueline. Introduction. In: *Les prologues médiévaux*. Actes du Colloque international organisé par l'Academia Belgica et l'École française de Rome avec le concours de la F.I.D.E.M. (Rome, 26-28 mars 1998). Éditées par Jacqueline Hamesse. Fédération Internationale des Instituts d'Études Médiévales. Textes et études du Moyen Âge, 15. Turnhout: Brepols, 2000, pp. IX-XXIII.

JUNG, Marc-René. *La légende de Troie en France au moyen âge*. Romanica Helvetica 114. Basel and Tübingen: Francke Verlag, 1996.

KAGAN, Richard L. *Clio & the Crown: the Politics of History in Medieval and Early Modern Spain*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2009.

LACAVALLERIA, Joan. *Gazophylacium Catalano-Latinum*. Barcelona: Antoni Cavalleria, 1696.

LE GOFF, Jacques. Pour un long moyen âge. In: *L'imaginaire médiéval*. Essais. Paris: Gallimard, 1985, p. 7-13.

LE GOFF, Jacques. *Un long Moyen Âge*. Paris: Tallandier Éditions, 2004.

LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MARTÍNEZ, Jesús Montoya. *El libro historiado*. Significado socio-político en los siglos XIII-XIV. Madrid: Sílex, 2005.

MICHELAN, Kátia Brasilino. Cronistas medievais: ajuntadores de histórias. *História Social*, 17, p. 266-286, 2009/2.

OSÓRIO, Jorge Alves. Do Cancioneiro “ordenado e emendado” por Garcia de Resende. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II Série, vol. XXII, Porto, p. 291-335, 2005.

OSÓRIO, Jorge Alves. Anotações sobre o “Cancioneiro Geral” de Resende. *Máthesis*, 15, p. 169-195, 2006.

PÉREZ MARCOS, Regina Maria. La educación del príncipe. In: ESCUDERO, José Antonio (Ed.). *El rey. La historia de la monarquía*. Madrid: Planeta, 2008, p. 85-104.

ROCHA, Andrée Crabée. *Garcia de Resende e o Cancioneiro Geral*. Venda Nova – Amadora: Instituto de Cultura Portuguesa, 1979.

ROUCHE, Michel. Alta Idade Média Ocidental. In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges. *História da Vida Privada*. Do Império Romano ao ano mil. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 405-530.

SIMON I TARRÉS, Antoni. Llengua i cultura a l'època del Renaixement i del Barroc. In: *Història de Catalunya*. Dirigida per Albert Balcells. Madrid: La Esfera de los libros, 2009, p. 405-419.

SOUZA, Armindo de. Realizações. In: *História de Portugal: a monarquia feudal*. Coordenação de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 405-457.

SPIEGEL, Gabrielle M. Theory into Practice: Reading Medieval Chronicles. In: *The Medieval Chronicle I*. Edited by Erik Kooper (Costerus New Series 120). Amsterdam-Atlanta: Rodopi, 1999, p. 1-12.

STRAYER, Joseph R. *As origens medievais do Estado moderno*. Lisboa: Gradiva, 1972.

Fonte

Cancioneiro Geral: cum preuilegio / [Foy ordenado e eme[n]dado por Garcia de Reesende fidalguo da casa del Rey nosso senhor e escriuam da fazenda do príncipe]. – Almeyrym e acabouse na muyto nobre e sempre leall cidade de Lixboa: per Hermã de Cãmpos, 28 Sete[m]bro 1516. – [4], CCXXVII, [1] f. : 2 grav. heráldicas ; 2º (32 cm). Disponível em: <http://purl.pt/12096>. Acesso em: 11 de jul. 2019.